

RESOLUÇÕES DO 5º. CONGRESSO DO SINTRAJUD

1) RESOLUÇÕES SOBRE CONJUNTURA

CRISE DA ECONOMIA MUNDIAL

A crise da economia capitalista é a crise de um sistema que só visa o lucro. Ela entra em crise porque há baixa da taxa média de lucro e há superprodução. Para manter esse sistema insano e tirá-lo da crise, os capitalistas (e seus governos) jogam a crise nas costas dos trabalhadores. Para aumentar sua taxa média de lucro, vão buscar aumentar ainda mais a exploração (rebaixar salários), destruir forças produtivas (fechar fábricas e demitir trabalhadores) e avançar na recolonização dos países semi-coloniais (arrancar daí mais recursos através da dívida externa e outros mecanismos). As medidas capitalistas contra essas crises atacam profundamente os trabalhadores.

Contra a crise, devemos debater um programa dos trabalhadores, que jogue a crise nas costas de quem a criou, os grandes capitalistas. Uma saída dos trabalhadores, uma saída socialista. E há a possibilidade de que vejamos uma nova rodada e um novo período de grandes comoções sociais e políticas em todo o mundo.

AGIR INTERNACIONALMENTE

Cada vez mais a luta dos trabalhadores é uma só em todo o mundo e se faz necessário que a classe trabalhadora consiga agir internacionalmente. Também é possível e necessário realizarmos ações práticas de solidariedade, junto com outras entidades de luta, às mobilizações dos trabalhadores de todo o mundo, saindo da fase apenas dos pronunciamentos e apoios políticos, que seguem sendo muito importantes.

Essa necessidade de coordenar ações pode e deve ter uma resposta positiva por parte do Sintrajud, que, na medida de suas forças deve procurar ter iniciativas de campanhas internacionalistas reais, como a participação na campanha pela retirada das tropas brasileiras do Haiti. No mesmo sentido, devemos agora defender o companheiro Orlando Chirino da UNT da Venezuela contra a perseguição do governo Chavez.

- Contra qualquer tipo de intervenção imperialista, seja militar, política ou econômica. Defendemos o direito a autodeterminação dos povos. Contra qualquer tipo de intervenção, seja militar, política ou econômica em qualquer país. Defendemos as conquistas dos trabalhadores sem que isso signifique aprovar ou sustentar politicamente governos que não rompam com a propriedade privada ou busquem acordos ou alianças com o imperialismo. Também defendemos uma política de democratização e controle real e efetivo por parte dos trabalhadores desses países dos meios de produção.

- Defendemos o direito a beligerância dos povos nas lutas pelas suas reivindicações. Também defendemos que o governo brasileiro reconheça as FARC's como grupo beligerante, não terrorista, e todas as garantias de direitos e deveres inerentes a esse reconhecimento.

ENCONTRO LATINO-AMERICANO E CARIBENHO

Na nossa região a ofensiva imperialista destes anos tomou a forma de um conjunto de políticas denominadas neoliberais, aplicadas por governos submissos, que permitiram a intensificação da exploração dos trabalhadores e o avanço da rapina sobre os recursos naturais e patrimônio dos países.

Encontro Latino-Americano e Caribenho dos trabalhadores, convocado por iniciativa da Conlutas, da COB, Batay Ouvriye e da TCC do Uruguai é fundamental. Ele acontecerá no Brasil e será importante no

esforço por construir campanhas e ações comuns entre os trabalhadores da América Latina e Caribe e no estreitamento das relações entre as nossas organizações.

O Sintrajud deve participar do Encontro Latino-Americano e Caribenho dos trabalhadores que será realizado nos dias 7 e 8 de julho de 2008, em Betim - Minas Gerais e que servirá para fazer avançar a luta por um mundo melhor.

A DEFESA DO SOCIALISMO

Precisamos avançar na perspectiva estratégica de enfrentamento ao capitalismo. A luta política pelo socialismo sempre foi tido por todos nós como tarefa dos partidos de esquerda, especialmente dos partidos revolucionários. No entanto os sindicatos e movimentos populares não podem se furtar desta luta, sob pena de transformarem-se em meros administradores de conflitos das relações de exploração capitalistas, ajudando assim a perpetuar o sistema ao invés de combatê-lo. A única forma de defender de maneira conseqüente os direitos dos trabalhadores e a soberania do nosso país é derrotando o capitalismo e construindo o socialismo.

Junto com a Conlutas, o Sintrajud deve se organizar e atuar em consonância com esta perspectiva. É preciso criar um espaço para a construção da unidade para lutar de todos os segmentos da classe trabalhadora, em defesa de suas reivindicações, por mínimas que sejam. Mas é preciso também estabelecer que a estratégia que perseguimos vai além da luta econômica.

OPOSIÇÃO AO GOVERNO LULA: avançar na luta contra as reformas

O governo de Lula/PT foi eleito na esteira de um enorme descontentamento dos trabalhadores e do povo contra anos de ataques às suas conquistas e à soberania do país. Rechaçaram FHC e elegeram Lula esperando mudanças. Mas Lula manteve a política econômica de FHC e do imperialismo. Lula se elegeu antes da eclosão de grandes lutas no país e buscou usar a confiança que os trabalhadores depositavam nele para aplicar os planos do imperialismo e do grande capital, que FHC no final do mandato ou um sucessor do PSDB, já não teriam força para fazer. Esse governo faz do Brasil um agente da exploração imperialista no continente. É uma vergonha a presença de tropas brasileiras no Haiti; o papel da Petrobrás na Bolívia; e o papel de mediador de Bush que o governo Lula cumpre nos “conflitos” na América do Sul. O governo Lula é um marco no qual se encerra o ciclo histórico do PT e da CUT, abrindo um profundo processo de reorganização no país. Coloca-se para os trabalhadores a necessidade de forjar uma nova organização pela esquerda, capaz de agrupá-los para enfrentar os patrões e o governo.

É necessário enfrentar e derrotar esse governo para conquistarmos a ruptura do Brasil com o imperialismo, para conquistarmos uma segunda independência nacional, tendo como horizonte a construção do poder dos trabalhadores e o socialismo.

POSIÇÃO SOBRE O GOVERNO LULA

O governo do sindicalista Lula é um governo de Frente Popular, de aliança de classe. É formado por representante da classe trabalhadora mas que governa sempre para os interesses das elites dominantes, geralmente com medidas duras contra os trabalhadores, mas estes o enxergam como um dos seus, como um trabalhador no poder, geralmente não impondo resistência por um determinado período, enquanto direitos históricos lhe são subtraídos.

Que o Sintrajud continue sendo uma instituição de enfrentamento da política contrária aos trabalhadores implementadas pelo governo Lula, governo Serra, governo Kassab e demais governos neoliberais. Que façamos frentes de atuações com outras categoria pra enfrentarmos a nova proposta de Reforma da Previdência, congelamento de salário, fim do direito de greve dentre tantos outros ataques.

2) RESOLUÇÕES SOBRE CONCEPÇÃO E POLÍTICA SINDICAL

SOBRE A CUT E A CTB (nova central do PC do B)

A CUT, ao orientar-se pelo mesmo projeto que o PT, localizou-se na base de apoio do governo e deu um salto no seu processo de burocratização e degeneração, perdendo completamente sua independência frente ao Estado e ao empresariado. Isto tornou esta central incapaz de ser instrumento para a luta em defesa dos interesses dos trabalhadores, históricos ou imediatos. A falência do PT e da CUT abriu uma crise e um processo profundo de reorganização pela esquerda no Brasil, apesar de mediado por ainda não existir um processo generalizado de lutas. Vivemos ainda um período prévio e preparatório às grandes lutas, que virão. O PCdoB também rompeu com a CUT e lançou uma nova Central, a CTB, mas é expressão de outro processo. As iniciativas de Lula e seus aliados no movimento sindical relativos ao controle da estrutura sindical e a repartição das verbas públicas que o governo destina a estes setores, fez com que setores da burocracia tradicional se movimentassem para defender os “seus” interesses. Surgiu daí a NCST e a UGT. O PCdoB se movimenta e constrói uma Central junto com setores da burocracia de direita em parte com esta mesma preocupação (cargos, verbas do Estado e dinheiro do imposto sindical), e em parte porque quer construir base eleitoral para o candidato do bloco que eles construíram com alguns partidos burgueses para apoiar a candidatura de Ciro Gomes à presidência em 2010.

O 5º. Congresso do Sintrajud reafirma a decisões anteriores sobre CUT, e entende que a CTB nada mais é do que a expressão de outro processo de repartição de verbas publicas, e que segue defendendo o governo Lula e sua política contra os trabalhadores.

LUTAFENAJUFE

A construção da oposição nacional dentro do judiciário federal e MPU está sendo uma das tarefas mais importantes de nossa entidade, pois é exatamente na arena nacional que se dão as principais batalhas contra a retirada de direitos ou mesmo das conquistas salariais. Não há como lutarmos isoladamente com os sindicatos de base. A oposição nacional torna-se o principal instrumento de luta nacional. Fortalecer o Luta Fenajufe, financeira e politicamente é uma das tarefas fundamentais de nosso Sindicato.

- Criação de um fundo para ajudar as entidades com percentual discutido nos fóruns da categoria.

CONLUTAS

Nessa mesma linha, sabemos que não é possível enfrentar o projeto neoliberal do governo sem uma ampla aliança de classe. Não há como combater o PAC e o PLP 01, que congela salário sem a unidade de todos os trabalhadores. Não poderemos enfrentar a Reforma da Previdência, que aumenta e 5 anos a idade mínima para aposentadoria, sem que o conjunto dos trabalhadores tomem as ruas. A construção da Conlutas é algo imprescindível para nossa categoria. Para manutenção de nossos direitos. O sintrajud deve além de ajuda financeira, participar ativamente das decisões da Conlutas como sócio fundador e com ativa participação no 1º Congresso Nacional da CONLUTAS, que será realizado de 3 a 6 de julho de 2008 em Betim-Minas Gerais.

NECESSIDADE DE CONSTRUIRMOS UMA CENTRAL DE ESQUERDA

A construção da Conlutas se impôs como uma necessidade, neste contexto, para desbloquear o caminho das lutas, romper a camisa de força da pelegada (a velha e nova, cutista). Num certo sentido, repete-se a necessidade histórica que levou ao processo de ruptura com as Federações e Confederações e construção da CUT no início da década de 80. Os sindicatos e ativistas que protagonizaram a ruptura com a CUT e deram início (junto a um conjunto de movimentos sociais e organizações da juventude) à construção da

Conlutas, cumpriram e estão cumprindo um papel histórico. O acerto dessa política torna-se mais evidente na medida em que várias outras forças optam também pela ruptura com essa Central governista.

O Sintrajud deve defender a unidade de todos que queiram lutar e não conciliar e, por isso, defende a unidade da esquerda que se encontra em oposição ao governo, porque essa unidade potencializa o avanço da luta, organização e consciência dos trabalhadores. Unidade, porque ainda somos pequenos frente aos desafios que temos pela frente. Unidade, porque significaria um grande avanço na luta, organização e consciência dos trabalhadores. Por isso o 5º Congresso do Sintrajud afirma a sua posição favorável a construção da unificação da CONLUTAS, INTERSINDICAL e dos demais movimentos sindicais e populares que estão em oposição ao governo Lula e ao neoliberalismo.

- A condição para que isso se efetive é a ruptura com a CUT, governo Lula, governo Serra, governo Kassab e demais governos neoliberais.

- Que se mobilize, com material da Conlutas, estimulando os servidores e demais trabalhadores (terceirizados/precarizados) a denunciar e organizar a pelas suas demandas.

- Que se realize um amplo chamado a unidade nas bases de todas as centrais.

- O sintrajud se coloca à disposição política e financeiramente das oposições que lutam para retomar os sindicatos para os trabalhadores das mãos das direções pelegas.

PARTICIPAÇÃO DA BASE

Sempre é a base é que deve decidir! A democracia de base é vital para o nosso projeto de organização e para nossa estratégia de lutar por uma sociedade socialista. As organizações sindicais se adaptam à estrutura sindical que herdamos do modelo getulista e, inclusive, querem ainda mais poder para a cúpula negociar pelos servidores, usurpando poderes da base. Nos sindicatos, todas as coisas importantes devem ser decididas em assembléia e fóruns da categoria. Os trabalhadores devem ser permanentemente consultados, a base deve ser estimulada a se auto-determinar. As instâncias de base das entidades devem ser estimuladas e terem poder de decisão acima das diretorias: os congressos, conselhos de representantes de base, etc.

O Sintrajud deve dar condições para uma maior participação da base para que ela exerça o poder em suas mãos. O Sintrajud precisa ser verdadeiramente dos servidores, controlado por eles como algo seu e não algo distante e externo a eles.

ORGANIZAÇÃO PELA BASE

Atualmente, os sindicatos, pela estrutura sindical vigente e o refluxo de lutas da década passada, na sua maioria têm uma organização pela base muito frágil, ou até quase inexistente.

dar importância a esse tema da organização implica em tê-lo permanentemente presente e não acomodar-se ao sindicalismo de cúpula e meramente agitativo (dos carros de som nas portas de empresas), para buscar não perder nenhuma possibilidade de avanço na organização.

Que o trabalho de base no Sintrajud seja intensificado, que deva ser obrigação dos diretores liberados, e tarefa mais importante da direção de base e servidores interessados. Que esse trabalho de base seja voltado basicamente para discussões gerais com a categoria, buscando aumentar a conscientização da base.

DEMOCRACIA

O Sintrajud foi concebido para ser um sindicato democrático. Estamos entre os poucos sindicatos que apresentam mecanismos eficientes de controle da base às suas direções. A começar pelo jornal semanal com espaço aberto para qualquer manifestação de idéia e pensamento. Criamos a instância do Conselho de Base, formado por representantes nos locais de trabalho de todo Estado. É no Conselho que todas as decisões importantes e estratégicas são aprovadas. Além disso, a Diretoria de Base goza de autonomia

para resolver questões em seu local de trabalho. Reativamos também os Coletivos de Saúde, Formação e Comunicação dentre outros em implementação. E preciso avançar ainda na ampliação de mecanismos democráticos, com plebiscitos e referendos (mesmo que pela internet) deve fazer parte de nossos objetivos.

O 5º. Congresso reafirma a importância das instancias democráticas do sindicato, do papel dos instrumentos de comunicação controlados pela base, e do fortalecimento dos coletivos com ampla participação da base da categoria. Que passemos a fazer amplas consultas nos locais de trabalho como forma de auxiliar a comunicação da categoria e subsidiar as decisões dos fóruns regulares e estatutários de decisão do sindicato.

CLASSISMO

1- a disputa entre as classes sociais é dada por um lado, pela ofensiva do imperialismo, através do ataque generalizado às condições de vida dos trabalhadores, saque das riquezas e recursos naturais dos países periféricos, e uso da força militar para impor interesses das grandes transnacionais.

- para a população trabalhadora as conseqüências são trágicas: desemprego, eliminação de direitos, falta de moradia, e saneamento, caos na saúde, educação, violência, etc.

- isto faz com que a ofensiva do imperialismo enfrente uma resistência das massas em todas as regiões do globo, compondo assim o outro lado da disputa. Os ataques que os trabalhadores enfrentam nesse período não permitem mais que os sindicatos atuem de forma isolada. O Capital age de forma globalizada, retirando direitos históricos de todos os trabalhadores, de forma gradativa e compartimentada. Os trabalhadores tem que buscar a solidariedade e a união entre todas as categoria para resistirem aos ataques Deve-se buscar ações conjuntas como a luta contra as reformas do dia 23 de maio de 2007, a luta contra a Reforma da Previdência, a luta contra as demissões no setor privado, a jornada de 6 horas etc...

Que o Sintrajud continue atuando para a unidade da classe trabalhadora. Que nossas ações sejam sempre voltadas para o conjunto dos trabalhadores. Que nosso sindicato busque sempre o fortalecimento de instituições como a Conlutas, que unificam a lutas dos trabalhadores.

2- O capitalismo vive de crises cíclicas. A cada crise, aumenta a exploração dos trabalhadores, principalmente nos países periféricos, como o Brasil. Hoje não há mais espaços para concessões salariais. O papel dos sindicatos nesse período de crise é além de atuar incondicionalmente para garantir os direitos da categoria, deve atuar como instrumentos de uma luta mais ampla, para além dos ganhos salariais, para fortalecer a consciência e a solidariedade da classe trabalhadora, para organizar a resistência de todos os trabalhadores e sobretudo para atuar na superação da sociedade capitalista e construir o socialismo.

- Que o Sintrajud continue atuando não somente para garantir os direitos da categoria, mas, sem deixar de fazê-lo, que intensifique sua atuação como um instrumento dos trabalhadores para fortalecer a consciência de classe e a luta pela superação da sociedade capitalista.

- Conforme já aprovado nos Conselhos de Base, Congressos e Assembléias, a necessidade de tratamento isonômico entre as lutas específicas da categoria de cada tribunal e as lutas gerais, sendo cumpridas todas as decisões tomadas em assembléia, evitando que caiam no esquecimento.

PRAZOS

- Estipular e cumprir prazos para as propostas aprovadas em instâncias deliberativas, para o efetivo sucesso de suas implementações.

BUROCRATIZAÇÃO

- há bases objetivas que empurram no sentido da burocratização dos sindicatos e de seus dirigentes e também uma política consciente do governo e dos patrões nessa direção. Essas bases objetivas fazem com que essas pressões sejam estruturais e precisem ser conscientemente e cotidianamente combatidas. O problema da burocratização sindical atinge todas as direções sindicais do país. Trata-se de acomodamento das atividades sindicais para interesses que não sejam diretamente voltados para luta da categoria. A burocratização sindical se manifesta de várias formas: privilégios políticos e materiais dos dirigentes e falta de mecanismos democráticos na direção.

Que a partir do 5º Congresso do Sintrajud, o combate a burocratização seja uma constante no dia a dia da entidade, com curso e palestras sobre o tema, com maior controle e prestação de contas das atividades da diretoria, seja nas assembléias ou nos veículos de comunicação da categoria. um dos pilares fundamentais de nossa entidade deve ser avançar na luta contra burocratização, ampliando a democracia e fortalecendo a organização de base.

- **Convocar, antes das próximas eleições para a direção do sindicato, uma discussão sobre as medidas concretas para coibir as pressões burocráticas.**

- **Que o sindicato lute politicamente e juridicamente para a liberação de pelo menos 2 liberados por tribunal.**

SOBRE O IMPOSTO SINDICAL

Precisamos desenvolver o nosso sindicato e a nossa luta em total independência em relação à qualquer setor da burguesia, seus governos e seu Estado. Devemos educar os trabalhadores do Judiciário nesse princípio e no recurso à luta direta para atingir seus objetivos.

O Sintrajud deve rejeitar o imposto Sindical e se orgulha disso. Pois, o imposto sindical é um dinheiro tirado compulsoriamente do bolso dos trabalhadores e repassado pelo Estado aos sindicatos, com o objetivo de controlar as organizações dos trabalhadores e torna-las a serviço de sua política.

PELA MANUTENÇÃO DO SINTRAJUD COMBATIVO E DE LUTA

Nosso sindicato é de luta, combativo. O papel primeiro de uma entidade sindical é manter a categoria em constante estado de alerta. Cabe ao sindicato, como um elástico, tencionar o tempo todo a categoria para o mobilização, pois acreditamos que as verdadeiras conquistas só se obtém com pressão. As negociações não são secundárias e a categoria tem que estar preparada para o confronto.

Que o Sintrajud continue sendo uma entidade que coloque a mobilização de sua categoria como o principal instrumento de resistência e conquista, e as negociações com envolvimento da base.

LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES

O afastamento para atividades sindicais é uma grande conquista dos trabalhadores. O governo FHC fez um forte ataque a liberdade sindical reduzindo o número de liberados. É fundamental lutarmos para ampliação desse direito. No entanto, a liberação, agrava-se o problema quando o dirigente sindical fica muitos anos afastado da base da categoria, geralmente perde-se o contato com esta, e passa a ignorar os problemas do dia-a-dia dos locais de trabalho, fica mais sujeitos às pressões impostas pelos patrões e pelo Estado e às pressões burocráticas do dia a dia. É necessário um rodízio de dirigentes liberados, em intervalos menores do que uma gestão.

Que a discussão sobre liberação de dirigentes, o rodízio dos liberados, a prestação de conta das atividades, seja uma obrigação de todas diretorias eleitas. O rodízio dos liberados será definido em assembléia anual.

DOS PRINCÍPIOS DO SINTRAJUD

O Sintrajud foi fundado sob os princípios que nortearam a fundação da CUT, no auge do movimento operário dos anos 80. São os princípios do sindicalismo novo que surgiu para ser livre e independente do Estado. Desta forma, mais do que nunca, resgatar os princípios de um sindicalismo COMBATIVO, DEMOCRÁTICO, DE BASE E CLASSISTA.

O 5º Congresso do Sintrajud reafirma os princípios de fundação do Sindicato por um sindicalismo COMBATIVO, DEMOCRÁTICO, DE BASE E CLASSISTA.

CONTRA A PARTIDARIZAÇÃO

O 5º Congresso reafirma o caráter plural, autônomo e independente do Sintrajud frente aos governos, as administrações dos tribunais e os partidos políticos. Além disso, reafirma seu papel de protagonista na defesa dos interesses gerais e específicos da categoria, respeitando a livre expressão de opinião e organização partidária de seus filiados.

- Reconhecendo todas as dificuldades, é preciso que o sindicato busque informar melhor a categoria (isto pressupõe que os diretores mantenham-se informados, o que hoje nem sempre acontece), bem como discuta os problemas com a categoria em geral, ouvindo os servidores sem discriminação.
- Implementar, urgente, fóruns de discussão nas regiões, possibilitando assim aumentar o nível de consciência entre os trabalhadores, que acabam por reproduzir a divisão de classes do judiciário.
- Implementar no sítio do sindicato e no boletim um espaço para a socialização das informações, visando melhorias.

3) RESOLUÇÕES SOBRE ASSÉDIO MORAL

Propostas do Coletivo de Saúde do Sintrajud para Combater o Autoritarismo e o Assédio Moral no Trabalho (incluindo terceirizados, precarizados) do Judiciário Federal.

Considerando que o Autoritarismo e o Assédio Moral no Trabalho constituem os principais problemas nas relações e organização do trabalho na Justiça Federal de São Paulo que geram desgaste à saúde dos trabalhadores;

Considerando também que a pesquisa sobre o Assédio Moral no Trabalho, realizada no ano de 2007, apresenta resultados alarmantes no que diz respeito a essa prática;

Considerando ainda que o coletivo está interessado em prevenir o adoecimento dos trabalhadores do judiciário, o coletivo de saúde deliberou em sua primeira reunião que combater o autoritarismo e o assédio moral no trabalho será o eixo central da sua atuação no ano de 2008. Nesse sentido, propomos as seguintes ações:

Ações do Coletivo:

O resultado da pesquisa sobre o assédio moral no judiciário federal de São Paulo aponta que a falta de pessoal, a carga excessiva de trabalho e a manipulação das FCs são as principais dificuldades apontadas pelos entrevistados em seus locais de trabalho. Além disso, 47% dos entrevistados consideram que as informações recebidas são insuficientes para o desenvolvimento do trabalho. As situações de Assédio Moral no trabalho mais frequentes relatadas na pesquisa foram: a desmoralização junto aos colegas, ameaças profissionais e pessoais, impedimento da livre expressão, entre outras. Todas essas situações favorecem a institucionalização da violência no trabalho e as situações de assédio moral nos locais de trabalho e dizem respeito às relações e organização do trabalho no judiciário. Nesse sentido, intervir e transformar a organização do trabalho no judiciário se mostra fundamental para o combate ao autoritarismo e assédio moral no trabalho. Para tanto, o coletivo de saúde propõe:

- Realização de uma Oficina sobre a Saúde do Trabalhador (12/04/2008), a fim de iniciar o processo de formação do Coletivo de Saúde e estimular a participação da categoria, buscando a constituição de

agentes multiplicadores de agentes de saúde do trabalhador nos locais de trabalho (comissões de saúde por local de trabalho);

- A partir da oficina serão organizados debates nos locais de trabalho dos participantes, abordando a temática da Saúde e Combate ao autoritarismo e assédio moral nos locais de trabalho;
- No mês do Assédio Moral, montar um seminário com a participação, ou mediação, da Ana Paula (psicóloga). A ser apresentado itinerantemente em todos os fóruns que sejam atendidos pela territorialidade do sindicato.
- Instituir um mês do ano para intensificar a luta contra o assédio moral nos locais de trabalho.
- Que o mês para se intensificar a luta contra o assédio moral seja **ABRIL**.
- Confecção de cartazes, do diário do assédio moral no trabalho e urnas para coletar relatos de situações de assédio moral no trabalho;
- Articular as atividades com o calendário da FENAJUFE, a fim de organizar e somar esforços na luta contra o Assédio Moral no Trabalho;

Ações para exigir da administração:

Na pesquisa realizada, 85% dos entrevistados afirmam a existência do assédio moral no Judiciário Federal e 76% deles disseram que já presenciaram cenas de assédio moral no seu trabalho. Esse grande número aponta para uma espécie de violência institucionalizada nas relações de trabalho na justiça federal do Estado de São Paulo, que deve ser objeto de intervenção por parte da administração. Nesse sentido, exigimos da administração do Judiciário Federal de São Paulo que:

- Apresente um plano preventivo de ação para combater o Assédio Moral no trabalho;
- O planejamento e organização do trabalho no Judiciário Federal de São Paulo considerará a autodeterminação de cada servidor e possibilitará o exercício de sua responsabilidade funcional e profissional; dará a ele possibilidade de variação de atribuições, atividades ou tarefas funcionais; assegurará ao servidor oportunidade de contatos com os superiores hierárquicos e outros servidores, ligando tarefas individuais de trabalho e oferecendo a ele informações sobre exigências do serviço e resultado;
- Garantirá a dignidade do servidor.
- Que essa batalha para que haja intervenção da administração se inicie com agendamento de reuniões com petições pedindo providência à luz da pesquisa.
- O Sintrajud deve se preocupar com as seqüelas, nos servidores, decorrentes do assédio moral, propiciando, na medida do possível, assistência médica às vítimas, através de especialista próprio ou exigir que os convênios médicos prestem tal assistência.
- Campanha contra o ASSÉDIO MORAL - não realizada exclusivamente por contratados e sim pelos próprios diretores executivos e /ou de bases, com grande destaque e mobilização no Jornal do Judiciário, com duração de uma semana em cada Tribunal, com brindes, camisetas de divulgação, banners, faixa, denúncias, gráficos mostrando as estatísticas do assédio moral, repercussão legal ou física sobre os assediados, etc.
- O Jornal do Judiciário deverá ter uma coluna ou espaço com o nome "Nas Barras dos Tribunais", onde haverá denúncias, principalmente contra o assédio moral, com o nome do assediador divulgado, local onde trabalha, etc.

Nosso Departamento Jurídico deverá estar juridicamente armado para evitar processo ou danos morais contra o Sindicato. Este espaço também será de denúncias e opiniões a favor dos companheiros nos respectivos TR's.

- Montar uma equipe composta de assistência social e psicólogos para fazer visitas nos fóruns do interior, palestras sobre assédio moral e deixar que cada um fale do seu problema, para que se saiba o grau de assédio que existe e como poder ajuda-los. Combinado com a artigo 2 da proposta do Klein.
- Chamar e preparar ato público para o dia da entrega dos resultados da pesquisa para as autoridades;
- Divulgação na mídia da entrega dos resultados da pesquisa nos tribunais;
- Com a licitação do convênio médico suspensa, proponho que na nova licitação da JF o jurídico do sindicato, juntamente com a diretoria, analise a possibilidade de inclusão do fornecimento de medicamentos de uso contínuo e de custeio elevado no edital da próxima licitação, bem como se o edital observa que o convênio deve cobrir os custos com instrumentos cirúrgicos, anestesista, bolsas de sangue, etc. que a Notredame não tem coberto.
- Plano de saúde que abrange todo o país.
- Comissão do Sintrajud para acompanhar o retorno de funcionários com licença médica longa (e levantamento: relação saúde-assédio moral), orientação e publicidade (divulgação).
- Que sejam cruzados os dados já fornecidos da licença médica, mesmo que distorcidos, com os da pesquisa de assédio moral, e que sejam solicitados os dados a todos os tribunais para a comparação com os da pesquisa.
- Campanhas constantes sobre licença médica, inclusão de especialistas em todas as doenças graves, psiquiatrias e realização de convênio com o Hospital das Clínicas e Santa Casa.

4) RESOLUÇÕES SOBRE PLANO DE CARREIRA

- Sobre concurso interno (PECs em tramitação vs. Ascensão funcional através de Plano de Carreira.
 - a) que sejam verificadas e combatidas as PECs referentes a concurso interno;
 - b) que o instrumento da ascensão funcional seja incluído no debate sobre Plano de Carreira, de forma sistemática.

5) RESOLUÇÕES SOBRE PLANO DE LUTAS E REIVINDICAÇÕES

PLANO DE AÇÃO E PLATAFORMA DE REIVINDICAÇÃO - A ação direta é a ação prioritária que os trabalhadores têm para defender seus direitos, derrotar o governo e seus planos, na via de conseguir a transformação social que necessitamos e almejamos: o poder para os trabalhadores e o socialismo.

A preocupação que tivemos em buscar a unidade para lutar contra o governo e seus planos, devemos manter com afinco. Queremos construir a unidade na luta com todos que estejam dispostos a lutar. O Sintrajud deve reivindicar o 25 de março (encontro nacional contra as reformas realizado pela Conlutas e demais entidades) e o dia de luta que realizamos com todos que estiveram dispostos a mobilizar no dia 23 de maio. E também a Marcha a Brasília, da qual participou, mantendo a luta perante o recuo dos que naquele momento optaram por não enfrentar o governo.

BANDEIRAS GERAIS

- A plataforma de reivindicações que propomos para a luta é, na verdade, uma sistematização das bandeiras que temos levantado neste último período:
 - Defesa do emprego / redução da jornada de trabalho sem redução de salário
 - Aumento geral dos salários
 - Salário mínimo do Dieese
 - Defesa dos direitos trabalhistas e sociais, contra a flexibilização.
- Contra as reformas neoliberais: (abaixo a reforma da Previdência, Sindical, Trabalhista, Tributária e Universitária)
- Abaixo a política econômica do governo Lula!
- Contra o pagamento das dívidas externa e interna

- Contra as privatizações, pela reestatização da Vale e demais empresas privatizadas e readmissão dos trabalhadores demitidos nos processos de privatização
- Moradia / reforma urbana, já! - redução da tarifa de energia elétrica
- Saúde (contra a “fundações estatais”) / educação e transporte público de qualidade e para todos
- Reforma agrária, sob controle dos trabalhadores!
- Contra a transposição do rio São Francisco
- Contra a criminalização e a repressão aos trabalhadores e movimentos sociais; pleno direito de greve
- Contra toda forma de discriminação racial, sexista e homofóbica
- Pela imediata retirada das tropas da ONU e brasileiras, enviadas pelo governo Lula do Haiti! Pela imediata retirada das tropas, comandadas por Bush do Iraque!

BANDEIRAS ESPECÍFICAS

- Impulsionar uma forte campanha contra o assédio moral e pela valorização do servidor público;
- Realizar uma ampla campanha pela redução da jornada de trabalho para 6 horas, sem redução de salário
- Defesa da saúde e de melhores condições de trabalho para o servidor
- Lutar pela revogação das portarias 01,02 e 03 da JF
- Lutar por um plano de carreira que atenda as necessidades dos servidores ativos e aposentados.
- Pagamento da GAS para todos os agentes, incorporação da GAS nas aposentadorias e pagamento da GAS também quando de afastamento por motivos de saúde.
- Pela federalização da Justiça Eleitoral (tanto juizes como servidores).
- Luta pela Data Base e revisão anual de salários
- Isonomia no pagamento das FC’s para os chefes de cartório eleitoral da capital e do interior e isonomia, e adoção da estrutura organizacional das varas federais.
- Que os tribunais cumpram a resolução do CJF que determina o pagamento da Indenização de Transporte aos oficiais de justiça referente aos dias trabalhados, ou seja, considerando todos os dias trabalhados, sejam eles feriados, sábados ou domingos, o que não vem ocorrendo.
- Respeito a lei do PCS – remoção é um direito. Que o Sintrajud se posicione, manifeste-se e aja administrativa e judicialmente contra o Ato Regulamentar nº 8/2006 que estabelece desconto no PSSS, calculado sobre a GAE mesmo dos servidores que optaram pela FC.
- Paridade salarial entre ativos, aposentados e pensionistas;
- Concurso público já.
- Criação de um programa ou plano mínimo que o estagiário deverá necessariamente aprender. Atualmente são relegados a qualquer serviço sem o condão de aprendizagem.
- Encaminhar as lutas pelas reivindicações específicas, combinadas com as gerais.
- Estudo, até agosto, com os servidores da necessidade de criação de creches para os filhos de servidores e terceirizados dos tribunais regionais, nos moldes da creche do TRT Barra – Funda, ou outras soluções que possam ser apontadas pela categoria.
- Intervir junto ao TRT/Barra Funda para que todos os trabalhadores (homens e mulheres) possam se utilizar da creche.
- Criação de ambulatórios médico e odontológico em todos os tribunais para o atendimento dos todos os servidores, estagiários e terceirizados.
- Pagamento do retroativo da diferença resultante da aprovação do PCSIII da mudança de nível dos servidores em estágio probatório na Justiça Federal. Com a aprovação da Lei do PCSIII em dezembro de 2006, os servidores em estágio probatório da JF, passaram para A2 ou A3, recebendo os retroativos apenas até dezembro de 2006, sendo que a data da mudança foi considerada anteriormente a dez/2006.
- Pagamento imediato de todos os passivos (como os juros dos 11,98%, quintos, etc.)
- Pela democratização dos JEF’s em todo o Estado de São Paulo, com ampla divulgação à população.

- Divulgar de maneira ampla notícias e informações referentes as licitações de interesse da categoria, no sentido de permitir a ampliação das discussões visando um melhor resultado.
- O Sindicato precisa buscar uma negociação junto aos locais de trabalho no sentido de que o diretor de base tenha algum tempo para reunir-se com os seus colegas no horário de expediente.

6) RESOLUÇÕES SOBRE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DOS TERCEIRIZADOS

- O Sintrajud lutará:

- a) Pelo fim da terceirização no serviço público e no judiciário;
 - b) Preenchimento de todos os cargos através de concurso público;
 - c) Enquanto não conquistemos o fim das terceirizações, o Sintrajud se colocará a disposição dos trabalhadores terceirizados do judiciário e procurará representa politicamente esses trabalhadores.
- Que o Sintrajud interfira na licitação das Empresas Prestadoras de Serviços nos Tr' s, proibindo a redução de salários dos terceirizados.
 - Que o Sintrajud participe da elaboração dos editais na contratação de empresas prestadoras de serviços nos TR's, de modo a assegurar melhores condições de trabalho e remuneração aos terceirizados.
 - Que o Sintrajud cobre dos TR's a fiscalização do cumprimento de todos os contratos firmados com as empresas terceirizadas, de modo a tomar medidas imediatas quando do seu descumprimento.
 - O Sintrajud deverá denunciar e interferir junto a administração, quando qualquer trabalhador estiver prestando serviço nos Tr's, sem registro ou sem equipamento de segurança ou qualquer irregularidade na relação de trabalho.
 - O 5º Congresso do Sintrajud aprova o empréstimo de R\$ 20.000,00 nominais aos servidores Luis Fabiano da Silva e Tarcísio Ferreira para pagamento de penhora (processo 1006/07), fruto das atividades decorrentes da eleição do SINDIQUINZE e os apoios necessários fruto dos desdobramentos da referida eleição sindical.

7) MOÇÕES APROVADAS

- Aprovada a moção Sindiquinze – Ação Campinas (Klein)

MOÇÃO DE REPÚDIO À EXONERAÇÃO DO SERVIDOR ELISEU ALVES NOGUEIRA PELA PRESIDENTE DO TRF3.

O 5º Congresso do Sintrajud repudia a atitude autoritária, injusta e ilegal da presidente do TRF que demitiu sumariamente o servidor público Eliseu, desconsiderando o parecer do processo administrativo que apurou os fatos e indicou penalidade de 90 dias de afastamento, em total afronta a Constituição Federal e os mais básicos princípios e preceitos democráticos.

MOÇÃO DE REPÚDIO AO NÃO PAGAMENTO DA GAS AOS AGENTES DE SEGURANÇA DO TRE, BEM COMO DE SUA TRANSFERÊNCIA PARA OS CARTÓRIOS ELEITORAIS.

- 1) O TRE/SP, até a presente data, vem se negando sistematicamente a pagar a GAS.
- 2) Condiçãoou o pagamento da mesma ao que ele entende por “início do efetivo exercício da função” que só se daria mediante a relocação dos agentes nos cartórios eleitorais da capital, impedindo, a opção por outros cartórios do interior ou de outros estados.
- 3) Declarou que não procederá ao pagamento retroativo do retorno da GAS.
- 4) Essa medida afronta a lei do PCS 3 e a resolução do TSE.

MOÇÃO DE APOIO AOS ESTUDANTES E PROFESSORES DA FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ

Nós, delegados ao 5º Congresso dos Trabalhadores do Judiciário Federal de São Paulo, discutimos e deliberamos o seguinte:

- 1) Apoiamos a luta dos trabalhadores em educação e dos estudantes pelo ensino público e gratuito para todos;
- 2) Considerando os sucessivos ataques de Odair Bermelho da Fundação Santo André aos cursos de licenciatura da FAFIL;
- 3) Considerando que no ano de 2008 já não abriram, por responsabilidade da Reitoria da FSA, vários cursos de licenciatura e que isso coloca em risco a existência da própria FSA;
- 4) Considerando que os sucessivos aumentos abusivos da mensalidade afasta a FSA dos objetivos para os quais foi constituída

Decidimos:

Apoio à luta de estudantes e professores da FSA pela reabertura dos cursos de licenciatura na FAFIL e pelo ensino público e gratuito na FSA.

Claudio Antonio Klein
Coordenador Geral do SINTRAJUD